



MULHERES ENTRE GRADES: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA

Anna Carolina Martins Silva*
Natalia Tenore Rocha
Ana Cristina Passarella Brêtas

RESUMO

Este estudo é de natureza descritiva tipo relato de experiência e tem por objetivo relatar a experiência da pesquisadora na convivência com mulheres presas e conseqüentemente com as formas de vida estabelecidas por elas, as relações no ambiente prisional e os vínculos que estas mantêm com a realidade interna e externa às penitenciárias. Foi desenvolvido em uma penitenciária da cidade de São Paulo. Os principais resultados revelam como as mulheres percebem o ambiente carcerário: as escolhas são feitas; as surpresas são constantes; o espaço é contido; o tempo é diferente; os dias são sempre os piores; a liberdade também pode ser prisão. Conclui-se que muitos dos conceitos e teorias do passado acerca do poder e do uso da disciplina para o controle dos corpos podem ser captados nas instituições contemporâneas e que assim as mulheres, objetiva e subjetivamente, explicitam as adaptações nas formas de vida, nas relações e em suas identidades durante o período de reclusão.

Palavras-chave: Mulheres. Prisões. Narrativa. Extensão.

WOMEN BEHIND BARS: AN EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT

This study is a descriptive report describing the experience of a researcher in staying with women prisoners and consequently experiencing the ways of life established by them, the relationships in the prison environment, and the connections that the prisoners maintained with the environments within and outside the prison. The work was conducted at a prison in the city of São Paulo. The main results showed that for these women: choices were made; there were constant surprises; space was limited; time was different inside the prison; the days were always the worst; when arrested, they were placed in uniform; and freedom could also be a prison. It could be concluded that many of the concepts and theories of the past about the use of power and discipline for the control of individuals can be found in contemporary institutions, and that these women, objectively and subjectively, showed adaptations in their ways of life, relationships, and identities during imprisonment.

Keywords: Women. Prisons. Narration. Extension.

* Mestrado em Enfermagem (UNIFESP). Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP. Contato: anncarolina@outlook.com.br.

MUJERES ENTRE REJAS: RELATOS DE UNA EXPERIENCIA

RESUMEN

Este estudio, de carácter descriptivo, es un relato con el objetivo de relatar la experiencia del investigador en convivencia con las mujeres encarceladas y, por lo tanto, con las formas de vida, las relaciones dentro del ambiente de la cárcel y de los vínculos de las mujeres con la realidad dentro y fuera de las prisiones. El trabajo se ha desarrollado en una cárcel de la ciudad de São Paulo. Los principales resultados muestran que para las mujeres: las decisiones se toman, las sorpresas son constantes, el espacio es contenido; el tiempo es diferente dentro de la cárcel; los días son siempre los peores; cuando en la cárcel, son uniformadas y la libertad también puede ser prisión. Se ha llegado a la conclusión de que muchos de los conceptos y teorías del pasado sobre el poder y el uso de la disciplina para el control de los cuerpos pueden ser observados en instituciones contemporáneas y que, las mujeres, de manera objetiva y subjetiva, necesitan cambiar los modos de vida, en sus relaciones y en su identidad durante el período de detención.

Palabras clave: Mujeres. Prisiones. Narración. Extensión.

INTRODUÇÃO

Já vem o peso do mundo com suas fortes sentenças. Sobre a mentira e a verdade desabam as mesmas penas. Apodrecem nas masmorras, juntas, a culpa e a inocência.

O mar grosso irá levando, para que ao longe se esqueçam, as razões dos infelizes, a franja das suas queixas, o vestígio dos seus rastros, a sua inútil presença. (Cecília Meireles)

O estudo nasceu do desejo de se aproximar da realidade das mulheres que estão presas em regime fechado nas penitenciárias de São Paulo. Uma aproximação que permite o contato com as mulheres e conseqüentemente com as formas de vida estabelecidas por elas, as relações no ambiente prisional e os vínculos que estas mantêm com a realidade interna e externa às penitenciárias.

No Brasil os dados que tratam da criminalidade feminina são escassos e pouco reveladores da real dimensão deste fenômeno social. As mulheres presidiárias são uma parcela reduzida em relação ao universo de homens presos e poucos estudos são feitos no sentido de compreender as motivações e circunstâncias em que ocorreram os crimes praticados por elas. (FRINHANI; SOUZA, 2005)

Para o Departamento Penitenciário Nacional, entre 1993 e 2000 o número de indivíduos presos cresceu cerca de 68% no estado de São Paulo e 53% no Brasil. O Estado de São Paulo tinha, em 2002, cerca de 60 mil presos, 3% deles do sexo feminino. No Brasil, as mulheres representam algo em torno de 4% da população carcerária, sendo tal percentual minoritário encontrado na maior parte dos países. (MORAES; DALGALARRONDO, 2006)

Em 2010 no estado de São Paulo, o número de homens presos em regime fechado era maior que 81 mil e de mulheres maior que cinco mil, com isso as mulheres representavam cerca de 6% do universo total de presas e presos. (DEPEN, 2012)

O número de mulheres presas é significativamente inferior ao de homens, mas, é notável o crescimento desta porcentagem na última década. Coloca-se que “as diferenças nas taxas de criminalidade masculinas e femininas prendem-se, sobretudo, a fatores sócio-estruturais”, e assim, na “medida em que as disparidades sócio-econômico-estruturais entre os sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina.” (LEMGRUBER, 1999)

Ainda assim o fato de estar confinada no espaço privado torna a pessoa invisível a partir do momento que os outros não a veem. Para a mulher isso é ainda mais evidente, já que ela enfrenta questões de desigualdade de gênero na sociedade, e alcança espaços de poder ainda carregados de estereótipos, que são produtos da construção social e cultural do país. Esta discriminação acontece concomitantemente com pouca diferenciação entre a criminalidade feminina e masculina.

Os autores não diferenciam a criminalidade feminina da masculina, talvez pela constatação de que a participação das mulheres na criminalidade geral é quase insignificante quando comparada a dos homens. Além disso, sublinha que: vivemos numa sociedade em que se pretende construir, no plano do discurso teórico, uma ciência social para a humanidade como um todo, enquanto que, no plano das relações sociais concretas, a mulher é discriminada em quase todos os sentidos. (PERRUCCI, 1983)

Estas mulheres, assim como outros indivíduos confinados, têm a oficialização da exclusão social e, no cárcere estão sujeitas a um cotidiano que prevê um conjunto de atitudes que podem realizar a contenção e controle dos corpos.

As prisões são instituições totais, por nutrirem uma tensão persistente que é usada como “força estratégica no controle de homens” e mulheres. (GOFFMAN, 1974)

É que a prisão, tanto pela privação da liberdade, quanto pelos abusos que ocorrem em seu interior, parece ser apenas mais um elo de uma cadeia de múltiplas violências que conformam a trajetória de uma parte da população feminina. (CERNEKA, 2008)

Também se coloca como instituição total por ter sua movimentação em conjunto, na qual todas as atividades são coletivas, o que não é ocasional. Estas características possibilitam maior controle das situações e facilitam a vigilância sobre os internos e as internas. Quando o indivíduo entra em uma instituição total “... começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado”. (GOFFMAN, 1974) A mortificação do eu, citada pelo autor, se dá pelo excesso de normas que exige também um excesso de vigilância, que é então impeditivo da privacidade.

Instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. (...) Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (GOFFMAN, 1974)

ão só total, as prisões são instituições totalizantes, no sentido de que caminham para o controle total dos corpos que lá estão.

As relações sociais são constituídas pelas relações de poder, dentro e fora do ambiente prisional. Este poder tem a intenção de tornar o indivíduo útil, dócil e disciplinado através do trabalho, ele se expande por toda a sociedade, investindo sobre as instituições e tomando forma em técnicas de dominação, possui uma tecnologia e história específica, pois, atinge o corpo do indivíduo, realizando um controle detalhado e minucioso sobre seus gestos, hábitos, atitudes, comportamento. (FOUCAULT, 2009)

Com isso a prisão é identificada como instrumento tão aperfeiçoado de transformação e ação sobre os indivíduos como a escola, o exército ou o hospital. Não

pretende propriamente "excluir" o indivíduo, mas, "incluí-lo" num sistema que é normalizador, que retifica, corrige e vigia.

Por meio deste poder disciplinar, as vivências das mulheres presas estarão, sobretudo, controladas e esta característica poderá ser expressa em suas palavras, gestos e mesmo no seu entorno.

OBJETIVO

Relatar a experiência da pesquisadora na convivência com mulheres presas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho consiste em um estudo de natureza descritiva tipo relato de experiência. Ele traz situações e contextos vivenciados em uma penitenciária feminina da cidade de São Paulo, no período de dezembro de 2011 a agosto de 2012, totalizando aproximadamente 50 horas de observação de campo compiladas em um diário.

O projeto desse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) do Governo do Estado de São Paulo (CEP/SAP no 018/2012) e, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (CEP/UNIFESP no 0942/11). Apesar das referidas aprovações, houve pendência relativa à autorização judicial para a realização da pesquisa.

Pelas dificuldades encontradas em ultrapassar as etapas burocráticas para o desenvolvimento da pesquisa, e considerando que a estudante tinha permissão para entrar na penitenciária e, experiência acumulada na extensão universitária na área de Direitos Humanos*, o estudo passou a ser concebido como o relato de uma ação extensionista.

Nesse novo cenário, a sua entrada no sistema prisional ocorreu como membro voluntário de um grupo religioso, que viabilizou a ação extensionista, estabelecendo um contato não só com as mulheres, mas, também com o ambiente em que vivem.

As penitenciárias, de um modo geral, reservam algumas horas da semana para que sua população possa professar sua fé, seja ela qual for. Os grupos religiosos organizados externamente às unidades prisionais têm um cadastro de membros que se voluntariam e que têm acesso às áreas comuns dos pavilhões e da prisão.

Para ser membro do grupo em questão, a estudante realizou um curso preparatório que trazia noções gerais sobre o processo penal e sobre conceitos importantes para a evangelização no cárcere, além da apresentação de temas relacionados aos Direitos Humanos. O objetivo destes grupos inicialmente é a evangelização das pessoas privadas de liberdade, mas, a sua maior atuação é no zelo pelos direitos e pela dignidade humana no sistema prisional.

Para entrar na unidade prisional os procedimentos seguiam as normas comuns, o que inclui aguardar a convocação para entrada no primeiro portão, comprovar a relação com o grupo religioso e assim apresentar o documento que autoriza a permanência naquela unidade, seguir para a inspeção e/ou armazenamento dos pertences e para a

* A graduanda é membro fundador do Projeto de Extensão Periferia dos Sonhos que compõe o Programa de Extensão COM-UNIDADE da Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. O Projeto em questão trabalha com a população em situação de rua e com a temática Educação Popular, Saúde e Direitos Humanos.

revista manual e eletrônica do corpo. Somente após cumprir todas as etapas e ter a aquiescência da agente de segurança é que o voluntário pode entrar na penitenciária propriamente dita, nas áreas comuns às pessoas presas.

O período permitido de contato com as mulheres era(?) de duas horas em um dia da semana. Assim, todas as vezes, as mulheres já estavam esperando o grupo ou aos poucos se reuniam para o encontro e a partir dessa reunião entre mulheres, sem roteiro, o diálogo acontecia. Por isso a conversa surge, nestas experiências, de um modo menos estruturado do que seria em uma entrevista tradicional, o que trouxe um novo olhar para aquilo que se pretendia.

O momento de visita semanal era aberto para esse diálogo e após as visitas foram relatados os fatos ouvidos ou observados em um diário de campo. A análise desse material permitiu escolher as impressões que dão sentido e refletem o que a estudante, a partir da convivência com essas mulheres, apreendeu. Os momentos escolhidos por ela são os considerados representativos da convivência; eles serão trazidos no formato de relatos, em primeira pessoa do singular, colocando as vivências e percepções obtidas.

Nesse contexto, este estudo traz especialmente os momentos vivenciados em um dos pavilhões dessa penitenciária, escolhido pela afinidade com outra agente voluntária do grupo religioso e com as mulheres que estavam nesse espaço. Essas mulheres, que trouxeram as experiências apresentadas no estudo, são aquelas que estiveram mais próximas durante as visitas. Pelo fato do encontro ser semanal, um vínculo foi estabelecido e existiu, a partir disso, uma espera mútua no encontro entre a estudante e as mulheres. Tais momentos não dizem respeito a um grupo específico de mulheres, já que a experiência no ambiente e a observação participativa desse contexto culminaram nos resultados obtidos. Mas, por laços de afinidade e pela constância no encontro com este grupo, esteve próxima de algumas mulheres no período em questão.

Desde o início da relação que a estudante construiu com as mulheres presas ou com aquelas do grupo religioso, era de conhecimento de todas que muitos dados da observação e do diálogo seriam incorporados em um estudo que traria o seu relato da experiência vivida no ambiente prisional. E por isso a extensão das conversas era delimitada pelas envolvidas, configurando aquele diálogo como outro qualquer que desenvolvemos nas nossas relações diárias e que são essenciais para a nossa formação enquanto ser humano.

O resultado final deste trabalho demandou da estudante uma reflexão do que era aquilo que se via, sentia, ouvia... As mulheres e o campo permitiram introduzir novos olhares à problemática em estudo. O aspecto criminal que explica a permanência destas no sistema prisional não é trazido nos relatos, por isso a população que possibilitou o trabalho é colocada como presa, não como criminosa.

RESULTADOS

Quando eu era criança me lembro de pedir para o meu pai passar em frente da penitenciária em uma viagem. Eu me lembro da música que estava tocando no carro. Essa insistência da imagem do local me fez querer isso, querer estar lá dentro. O crime está inserido no cotidiano e na vida social, as relações de poder que existem entre as pessoas envolvidas no crime e as pessoas que “disciplinam” sempre me instigaram. Eu entrei na penitenciária buscando isso, conhecer pessoas inseridas em um contexto de exclusão do convívio social, vigiada por outras mais fortes. A penitenciária me instiga pela construção, pela rigidez no padrão, pelo excesso de normas; são locais que estão

desconexos com a realidade externa, é um mundo à parte que só é apresentado para quem entra e quem está preso. É o espaço destinado à vida de pessoas privadas da liberdade de ir e vir pelas ruas, que permite uma vida reduzida aos metros que o compõe. A minha curiosidade era e ainda é saber quem são as mulheres presas com quem estive.

O que vai entrar?

Esta é a primeira pergunta que assola quem adentra o prédio da penitenciária, pauta-se na necessidade de fazer escolhas, quem escolhe o que entra e o que fica sou eu, contudo quem permite são as guardas. Cabe o exercício da retórica e a pedagogia da tolerância. Quando eu entrei pela primeira vez com o grupo religioso, em um momento menos complicado e burocrático do que as tentativas de ter aprovação judicial para conduzir este trabalho, eu me deparei com uma mulher que varria comida no chão, gritando aos pombos que lhe cruzavam o caminho. Foi a primeira cena que eu vi na penitenciária. Eu fui andando com vontade de fotografar, na impossibilidade, eu trago o registro da memória: quatro pavilhões, três andares para cada um, muitas janelas e muito mais coisas penduradas nelas. No lado de fora, um jardim, outros espaços (a escola, capela, cozinha, centro de saúde) e pessoas trabalhando. Muito silêncio. Só o barulho do portão de ferro do pavilhão sendo fechado atrás de mim foi alto. A chave deste portão é grande, dourada, fica fixa na mão da guarda. Ela abre e ela fecha, pede seu nome, abre o outro portão e depois de lá o mundo é das mulheres presas.

Aqui tudo é surpresa!

Essa é a frase que eu usaria para resumir o tempo que eu estive lá. Eu escutei isso de uma das mulheres que conversou comigo. A palavra surpresa vem do francês *surprendre*, de *sur*, “sobre”, mais *prendre*, “pegar, prender”, do Latim *prehendere*, “agarrar, prender, pegar à força”. (ORIGEM DA PALAVRA, 2012). A etimologia pode nos trazer que as coisas daquele ambiente “se prenderam” nas mulheres, no sentido de surpreender, surgir inesperadamente e de um modo diferente daquele que estavam acostumadas a vivenciar. E, dessas coisas, muitas ficaram em mim também... Aos sábados as mulheres aguardavam os que semanalmente participavam como agentes voluntários da assistência religiosa e, também humanitária. O sábado era um dia potencialmente especial para as presas, era dia de folga do trabalho, era o dia de arrumar o cabelo, limpar a cela, de conversar com quem está do lado de fora. Esta conversa com o mundo externo, na minha percepção, era o ponto mais importante das nossas visitas, a religião e a fé se colocavam como subseqüentes. A expressão da fé e a prática religiosa através das missas, cultos, orações são importantes para muitas pessoas quando estão fora do ambiente prisional e a partir do momento em que se prende, com outras inúmeras perdas que se coloca além da liberdade, a impossibilidade desta relação com o que se compreende como divino e espiritual também é deixada em estado de espera. Claramente se percebe a necessidade de muitas em retomar um contato com a religião, mas, isso não depende somente da nossa atuação e presença. Nas penitenciárias a presença de Deus e do sagrado é estruturada pela própria população carcerária, nas paredes do pavilhão e mesmo no jumbo (itens enviados pela família) podemos ver isso. Muitas delas rezam, fazem o sinal da cruz e citam a palavra Deus ou Senhor com muita frequência durante as conversas. Parece que este ritual ajuda a conferir sentidos à reclusão, ameniza o tempo e o sofrimento de quem espera a liberdade. Esta relação com

a fé às vezes é por tradição, como prática já exercida fora da prisão, em outras é por sobrevivência. A religião oferece conforto e também é a única maneira de estar com as presas de outros pavilhões. No dia que fazíamos a cerimônia religiosa, as mulheres esperavam pelas colegas que não podiam ver no dia-a-dia e, assim, os pavilhões se encontravam e elas guardavam lugar umas para as outras como se estivessem na escola (outra instituição total). Era nesses momentos que além do “culto” era permitida a proximidade, o vínculo, o afeto. O chão da capela se enchia de garrafas pet com água para serem bentas, ritual realizado uma vez por mês.

Esta penitenciária recebe também presas estrangeiras, que participavam sempre das cerimônias religiosas. A vivência com essas mulheres possibilitou a apreensão de muitas culturas e condutas que estavam reunidas em um só lugar. O convívio com o diferente e com as diferenças não era uma tarefa fácil. A reza do Pai Nosso era o momento da mistura das línguas que cada uma falava, nela ficava claro que apesar das diversidades do texto havia uma comunhão na ação.

Quando rezavam elas estavam reunidas. As aparências físicas algumas vezes denunciavam a nacionalidade, mas, se não fosse pelo contato verbal, pela conversa, muitas mulheres pareceriam vizinhas quando na verdade eram de continentes diferentes. Isso mostra que a cultura de cada parte do mundo, ali, não tinha espaço para se pronunciar, estavam em uma instituição total onde a disciplina iguala os corpos. Elas resistiam, andavam agrupadas e procuravam estabelecer relações que acima de tudo pudessem reunir pontos em comum dos costumes, culturas e modos de viver que haviam tido até antes de sair do país de origem. Dentre todas as diferenças, a comida e a conduta ao se relacionar com os homens eram as que mais se destacavam. Por exemplo, para as portuguesas o alecrim, que era o tempero de todos os alimentos servidos na penitenciária, era útil somente como chá para cólica; para outros países, comer feijão e arroz diariamente não era comum. A relação com os homens é um constructo social que dita comportamentos, sendo assim, nas relações que tinham nas visitas íntimas, nas conversas com voluntários, guardas, nas cartas recebidas por correspondentes presos de outras instituições, as diferenças emergiam e, de certo modo, causavam surpresa quando explicitadas para outras mulheres. Por exemplo, escrever “um beijo” no final de uma carta para algumas sugere excesso de intimidade, enquanto para outras é corriqueiro.

Nas nossas conversas as leis se embrenhavam no Pai Nosso. Qualquer informação sobre a situação dos processos trazia alguma possibilidade de prever o curso da pena a ser cumprida. Elas aguardavam a “saidinha” nos feriados (saída temporária com o aval da Justiça); outras que ainda não tinham sido julgadas no fórum queriam esperar pelo julgamento em liberdade (o que é previsto por lei no Brasil); queriam progredir no tipo de regime após terem cumprido uma porcentagem da pena recebida. Por isso, muitas vezes esperavam que eu trouxesse informações a respeito desses temas ou acelerasse conversas com consulados e advogados, o que poderia trazer novidades à detenção.

Desde a entrada tudo é contido!

Você dá os passos quando lhe pedem para entrar, entra somente com aquilo que a segurança aprova, espera para que lhe abram a porta, quando presa, vive olhando pela grade, pelo muro, pela cerca. Isso é o que fica de mais nítido. A figura do guarda e da arma em sua mão na muralha é constante, diária e distante, delimitando a contenção. Apesar de todos os dias eles estarem lá, não há nenhum contato deles com elas. Quando

eles percebem algo de errado, por rádio entram em contato com os guardas do pavilhão – estes que intervêm. A minha espera para uma autorização judicial, para ser chamada para entrar e para saber o horário é a espera diária delas dentro do sistema. É um sistema lento, muitas vezes indiferente às necessidades daquela população, que retira a pessoa do convívio social, raramente reeducando-a ou reinserindo-a na sociedade. Apesar das restrições, observei que tudo o que há fora também existe dentro, embora muito improvisado. Estando presa é possível pagar pelo serviço de saúde, fazer bolo no forno, alisar o cabelo, tomar sol, fazer compras mensais e trabalhar.

Quando o passado é presente

As presidiárias me falavam que precisavam de foto e de conversa, precisavam manter um vínculo com aquilo que era anterior. Inconscientemente, muitas vezes, eu acho que elas conseguiam fazer isso, mesmo sem este contato real. A ideia de pertencer a algum lugar e de existir uma vida prévia à prisão permitia que elas me contassem tudo no tempo verbal presente, como se o fato de estarem ali fosse somente uma pausa entre tudo aquilo que havia sido construído antes e o que estaria por vir no futuro. Quando se está presa não se quer ter a noção das perdas que possivelmente acontecem, isso ficava claro quando me contavam sobre as suas casas, sobre os móveis, sobre seus relacionamentos e seus filhos. A noção de tempo é deturpada, dentro da penitenciária não há relógio. O tempo é marcado pelo ritual dos gritos das guardas permitindo a entrada ou a saída, pelas refeições e pelo céu. O tempo passa lento, elas me lembravam disso sempre. As nossas duas horas de conversa eram minutos em alguns dias e, dias em outros. A monotonia dos dias e a certeza de que pouca coisa muda no cotidiano com o passar do tempo é perversa.

Aqui todo dia é o pior dia. É bom para se arrepender...

Foi isso que uma mulher me respondeu quando perguntei se aquele era um dia ruim, por ouvi-la reclamando sobre a comida e sobre o barulho das outras mulheres. Desta conversa e de outras similares, percebo que as mulheres em sua maioria buscam culpa que justifiquem a prisão, por vezes sem tê-las e assim veem na reclusão um castigo para suas atitudes. Em outra ocasião, uma senhora me disse: “o “corpo está aqui, mas, ele está morto”; ela me pediu para que eu não a deixasse morrer presa. Tentei conversar com ela sobre esse sentimento, entretanto, nessa situação o atendimento individual é inviável, pois o número de agentes voluntários é desproporcional ao número de solicitações para conversa. Outro ponto que merece destaque é a cultura de violência institucional, denunciada em muitas conversas que ressaltam os conflitos entre presas e entre elas e os agentes penitenciários; isso, sem dúvida, é um motivo para constatar que nenhum dia é bom.

Eu não tiro foto com esta farda.

A farda é o uniforme que as mulheres recebem quando chegam à penitenciária, é uma camiseta branca e uma calça clara que marca a ausência de liberdade. Quem entra, de foratirar não pode usar as tais cores durante as visitas ou trabalhos para garantir a diferenciação. As cores do uniforme são apáticas e o seu uso é evidenciado pelos tecidos já gastos. As roupas pessoais, assim como as de cama e banho, são lavadas pelas

próprias presas e estendidas no varal improvisado que atravessa, em todos os sentidos, o pátio do pavilhão. Durante o inverno é visível a falta de roupa apropriada para se proteger do frio e nessas situações há dependência de doações ou necessidade de compra.

Há confiança e interesse na conversa.

Apesar de existir televisão e rádio nas celas, o contato físico com alguém que pode sair pelo portão da penitenciária permite uma aproximação maior com a realidade externa. Eu contava para elas dos feriados, dos jogos esportivos, da minha graduação e da minha família. E elas me contavam de seus países, viagens, dos filhos e de como era estar lá. No início eu evitava falar sobre mim, achava que isso poderia causar nelas uma angústia maior, lembrar-se de coisas que naquele momento não eram alcançáveis. Mas, conforme criamos um vínculo, eu esperava por elas e elas por mim e nas nossas conversas o meu interesse em saber como havia sido aquela semana estando presas era proporcional ao delas em saber como havia sido minha semana “na rua”. Esse ponto permitiu, de fato, que este trabalho não fosse uma entrevista, a conversa da estudante com a mulher presa, mas sim, um momento de diálogo entre mulheres, que acrescentavam e despertavam um interesse mútuo.

Nós precisamos de mais oração que elas, somos todas assim.

Conversar com as mulheres presas me remeteu a conviver também com as pessoas que trabalham nesta penitenciária, que na sua maioria são mulheres e não portam armas. Elas interagem pouco com as presas, cumprem as rotinas estabelecidas pelo sistema prisional e em certa medida disputam nossa atenção.

Observei que há dois tipos de funcionárias, diferenciadas pelo posto de trabalho que ocupam: as que têm contato direto com o pavilhão e que, por isso, precisam manter a rigidez e as que ficam nas áreas externas e estão ocasionalmente dispostas a conversar com quem vem de fora. Foi em uma dessas conversas que uma das trabalhadoras me disse da sua necessidade de oração e me mostrou como era, indicando para o seu próprio corpo.

Eu também estou presa aqui fora.

Para as estrangeiras, sem família no Brasil, a progressão da pena acompanha a progressão da falta de direitos. Quanto mais fora do regime fechado elas estão, mais difícil se mostra a organização da vida em liberdade. Muitas vezes estas mulheres ganham a liberdade provisória e por ainda precisarem cumprir a pena ficam no país, sem um local para morar e também buscando formas para sobreviver. O sistema judiciário não prevê ajuda financeira para esses casos, tampouco inserção no mercado de trabalho, o que são fatores que fazem com que muitas vejam na liberdade provisória uma pena mais cruel do que a própria reclusão.

DISCUSSÃO

A experiência de estar com mulheres presas possibilitou apreender fragmentos sobre as formas de vida, as relações e os vínculos estabelecidos por elas dentro e fora da unidade prisional.

Os autores, Goffman e Foucault, são dois referências essenciais para o estudo de instituições como as penitenciárias. Isso se dá, também pelo fato de que “elas ainda tendem a funcionar de modo clássico, tal como foram (...) permanecendo alheias a sofisticções tecnológicas ou, em muitos casos, incorporando novidades informáticas sem maiores transformações estruturais.” (BENEILLI, 2004) Sendo assim, muitos dos conceitos e teorias apresentadas em suas obras e estudadas desde então, foram trazidas nesta experiência da convivência com e entre mulheres, inclusive nas expressões delas captadas pela pesquisadora. Desde a manutenção do prédio até mesmo as formas utilizadas para vigiar, conter e disciplinar corpos observou-se que a unidade prisional utilizada como campo deste trabalho mantém “padrões”.

Uma das formas de empregar o poder é com o uso da disciplina para o controle dos corpos, que pode ser exemplificado pela expressão contida das culturas somadas naquele espaço de encontro de tantas nações.

“Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas.” (FOUCAULT, 2009)

Existe a ideia de que “as relações de poder são, antes de tudo, produtivas” (FOUCAULT, 2009) ultrapassando a sua função mais evidente de proibição. Com o uso do poder, como é o caso das intuições totais, se abre espaço para criação de formas de resistência. Esta resistência das mulheres, como resposta ao poder que as controla, garante que surja um poder “periférico” e que assim se configure a relação de micropoderes. Pela experiência da estudante percebe-se a criação e manutenção de formas de resistência quando as mulheres, mesmo que em um ambiente de privações de direitos e acesso a recursos, improvisam modos de obtenção dos seus desejos.

A resistência também é, diante das surpresas, a capacidade de adaptação e de exercitar a resiliência para manter a integridade do grupo que vive dentro de um ambiente que possui regras próprias, constantemente reconstruídas e em um contexto de relações e atividades desconexas daquelas estabelecidas fora da prisão.

Para controlar minuciosamente as mulheres que estão presas utiliza-se um aparato que as rodeia e, dessa forma, ao serem vigiadas as mulheres estão visíveis e expostas. O olhar, na penitenciária, “está alerta em toda parte”. (FOUCAULT, 2009) Este olhar constante e invasivo provém do modelo do panóptico, arquitetado por Jeremy Bentham. Ele prevê uma cela que permita a passagem da luminosidade, de um lado ao outro; o jogo de luzes que deste modo incidiria sobre os condenados tornaria impossível enxergar aqueles que vigiam. Então a vigilância e a observação, localizadas em uma torre central da construção, ficariam incertas e fariam com que os presos ininterruptamente mantivessem uma “postura” condizente às normas. A visibilidade, em plena luz e com um olhar que vigia, retira do indivíduo a proteção e pretende colocá-lo em uma situação de maior fragilidade.

Esta fragilidade gera então uma nova postura diante da realidade do cárcere. A adaptação que ocorre ao longo da reclusão é uma maneira de incorporar novos costumes, maneiras de falar e agir, sentimentos que permitam a sobrevivência na instituição total. Muito do que antes existia é então perdido, inicia-se o processo de mortificação do eu, suprimindo as próprias concepções para permitir uma reorganização e reestruturação pessoal. Este processo que é observado nas penitenciárias é comparado ao que ocorre àquele que adoece e é hospitalizado. (GOFFMAN, 1974)

Por isso, assim como a penitenciária, o hospital é considerado uma instituição total por ser “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com

situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada". (GOFFMAN, 1974). Existe aí a proximidade das instituições, mesmo parecendo distantes aos olhares desatentos e apressados que se têm.

Este contexto possibilita desnudar outras peculiaridades vividas pelas mulheres presas que dizem respeito ao fato de serem mulheres. Elas reinventam formas para lidar com o corpo durante a gestação, a menstruação e a menopausa. O manejo do autocuidado, da sexualidade, da vaidade, dentre outros se torna público. Isso se agrava quando a convivência demanda experiências entre mulheres de nacionalidades diferentes, portanto de culturas que se conflitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi trazida a experiência de estar com mulheres presas em uma penitenciária da cidade de São Paulo, sem certezas sobre o que é estar presa, mas, com um olhar que incluiu várias perspectivas e que de certo modo representou as captações daqueles momentos: os cheiros, formas e cores que impregnaram. Essa experiência foi pessoal, de um tempo restrito, de alguém que entrou e saiu para depois entrar de novo. Isso significa que as impressões não conseguiram e, não pretendiam trazer o que é estar presa e o cotidiano vivido na prisão, mas, as impressões da estudante a partir das colocações objetivas e subjetivas de algumas mulheres que nos diferentes momentos estiveram dispostas a conversar.

Não é desconhecida a existência das penitenciárias no cenário urbano, mas, a sua imagem é muitas vezes camuflada pelo cotidiano e ainda que estivesse visível, a sua realidade estaria, do mesmo modo que sua população, atrás das grades.

A Universidade, representada pelo curso que se encerra com este trabalho, não considera as peculiaridades desta população, no sentido de que ignora a existência de homens e mulheres presos e as repercussões disso no que se refere ao cuidado e à saúde. A convivência foi o que possibilitou a troca de experiência, a criação de vínculos e o conhecimento de uma realidade que até então era desconhecida pela estudante envolvida nesta pesquisa; confirmou o quanto o discurso acadêmico está desconectado da realidade social.

Poder-se-ia pensar que este estudo não aborda nenhum aspecto voltado ao curso de Enfermagem freqüentado por quem o realiza. Não obstante, o cuidado, que é essência da Enfermagem, quando pensado em sua dimensão ontológica, considera quem são as pessoas, como vivem e quais são os sentidos atribuídos às suas vidas.

SUBMETIDO EM 25 maio 2015

ACEITO EM 29 mar. 2016

REFERÊNCIAS

BENELLI, S. J. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-252, Dec. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v21n3/v21n3a08.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2012.

CERNEKA, H. A. Mulheres e crime: construindo novos caminhos a liberdade. **Revista do Seminário “Mulheres em situação de prisão**, n. 62, p. 1-19, 2008. Disponível em: Disponível em: <http://www.carceraria.org.br/fotos/fotos/admin/mulher%20presa/revista_Seminario%20Mulheres%20em%20Situao%20de%20Priso.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2011.

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. **Brasil, 2012**. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 3 set. 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRINHANI, F. M. D.; SOUZA, L. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de rerepresentações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 61-79, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S15166872005000100006&script=sci_arttext>. [periódico na internet]. Acesso em: 22 dez. 2011.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MORAES, P. A. C.; DALGALARRONDO, P. Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 50-56, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n1/v55n1a07.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

ORIGEM DA PALAVRA. **Surpresa**. 2012. Disponível em: <<http://www.origemdapalavra.com.br>>. Acesso em: 3 set. 2012.

PERRUCCI, M. F. A. **Mulheres encarceradas**. São Paulo: Global, 1983.